

A MENSAGEIRA (1897-1900): REVISTA EM REVISTA

Mirian Cristina dos Santos (UFJF)¹

RESUMO: Ao longo do século XIX, sobretudo na segunda metade, diversos periódicos dirigidos por mulheres começaram a circular em diferentes regiões do país, divulgando crônicas sociais, poemas, artigos, além de comentários sobre moda dirigidos ao belo sexo. Também reivindicavam melhores condições para as mulheres, primordialmente o acesso à instrução formal e aos direitos civis. Dentre tais periódicos, cito *O Jornal das Senhoras* (1852), o *Belo Sexo* (1862), *O Sexo Feminino* (1875), *A Família* (1888) e *A Mensageira* (1897), os quais, mais do que representarem um espaço de afirmação identitária, consolidaram-se como instrumentos para o desenvolvimento da expressão estética e política de escritoras, além de constituírem redes de apoio entre elas. Reconhecendo esses periódicos como espaço de efervescência cultural no final do Oitocentos, este artigo terá como corpus a revista paulistana *A Mensageira* (1897-1900), editada em São Paulo por Presciliana Duarte de Almeida, enquanto espaço de divulgação de uma tradição literária feminina (Cf. WOOLF, 1985), objetivando refletir acerca da produção literária feminina no final do século XIX. Para isso, serão de suma importância os estudos de Hollanda (1993), Souza (1998), Cury (1998), Martins (1998), Eleutério (2005), entre outros.

Palavras-chave: *A Mensageira*. Periódico. Mulheres Escritoras.

Considerando-se a revista literária *A Mensageira* como um espaço profícuo para a produção periodística feminina no início do século XX, neste artigo pretende-se discutir a condição da revista enquanto espaço de problematização da produção literária escrita por mulheres naquele momento, a partir das considerações teóricas de Hollanda (1993), Martins (2008) e Eleutério (2005).

A proposta de estudar a imprensa periodística de séculos passados tem como um dos objetivos compreender as marcas de alteridade do nosso tempo (RESENDE, 2005),

¹ Doutoranda em Letras, Estudos Literários, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Agência de fomento: Capes. Mestre em Letras – Teoria Literária e Crítica da Cultura pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Professora de Redação e Literatura do Ensino Fundamental II na Rede Municipal de Ensino de Conselheiro Lafaiete, MG. E-mail: cristinamirian@yahoo.com.br.

bem como questionar os pilares da historiografia literária tradicional, uma vez que os estudos em fontes, motivado pela necessidade de respostas, contribui para “redefinir concepções já estabelecidas” (CURY, 1998, p. 25). Nesse sentido, para pensar a produção periodística feminina em séculos passados, recorrerei aos estudos em arquivos que me permitem indagar por que textos escritos por mulheres foram esquecidos na narrativa da História oficial e da historiografia literária brasileira sobre o século XIX.

Na releitura da produção de mulheres em periódicos, nota-se uma quantidade significativa de textos “esquecidos” ou apagados por uma crítica literária e cultural androcêntrica. De acordo com Piscitelli, “a dominação masculina excluiu as mulheres da história, da política, da teoria e das explicações prevalecentes da realidade” (2005, p. 48). Em virtude disso, “na prática, a crítica feminista revisionista retifica uma injustiça e está construída sobre modelos já existentes (SHOWALTER, 1994, p. 27). Sendo assim, é neste espaço teórico-metodológico que se localiza a revista *A Mensageira*.

A revista era editada por Presciliana Duarte de Almeida. Incentivava a participação das mulheres no espaço público, em nível social, cultural e profissional, a fim de proporcionar a elevação intelectual da mulher e “estabelecer entre as brasileiras uma *sympathia* espiritual”² (*A Mensageira*, N. 1, 15 de outubro 1897, p. 1). As palavras de Presciliana ratificam uma consciência sobre o papel da imprensa e apontam para a formação de uma “comunidade imaginada” (ANDERSON, 1989). Atenta ao “espírito do seu tempo”, Presciliana convoca suas leitoras, a partir do local, para o exercício de uma “*sympathia* espiritual”, que seria mediada pela leitura e pela escrita.

A Mensageira foi publicada de outubro de 1897 a janeiro de 1900. No primeiro ano de circulação, a revista possuía periodicidade quinzenal e, no segundo ano, passou a ter uma circulação mensal. O número de páginas no primeiro ano foi constante (16 por edição), enquanto no segundo variou entre 16 e 24 páginas, sem financiamento por anúncios publicitários. As seções mais recorrentes eram: “Carta do Rio”, “Seleção”, “Notas pequenas”, “A Mensageira” e “Com ares de Chronica”. *A Mensageira* foi consultada em uma edição fac-similar, editada em 1987 – portanto, noventa anos após a

² Opto por manter a grafia original.

publicação do primeiro número da revista – pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

A editora da revista, Presciliana Duarte de Almeida, nasceu em Pouso Alegre, MG, em 1867. Casada com o poeta e filósofo Sílvio de Almeida, já era conhecida no meio literário antes do surgimento da revista paulistana. Além de ter colaborado em periódicos da época, Presciliana publicou os seguintes livros de poesia: *Rumorejos* (1890), *Sombras* (1906), *Páginas Infantis* (1908) e *Vetiver* (1939). Em *A Mensageira*, Presciliana publicou artigos, editoriais e poemas, usando o seu próprio nome; além de outros poemas, biografias e crítica literária sob o pseudônimo “Perpétua do Valle”. Em 1909, a poetisa colaborou na fundação da Academia Paulista de Letras, tornando-se membro em 1910. Presciliana morreu em 13 de junho de 1944, aos 80 anos, na cidade de Campinas (VASCONCELLOS, 2004).

***A Mensageira*: uma tradição de leitura e escrita**

Reflexões acerca da revista *A Mensageira* requerem discussões sobre os veículos de informação, revista e periódico, uma vez que se tem como hipótese que *A Mensageira* extrapola a proposta de seu subtítulo, “Revista Literária dedicada à mulher brasileira”, enquanto folhetim pedagógico feminino, constituindo-se como periódico formador e disseminador de notícias e ideais da época.

Diante disso, tem-se que considerar que no início do século XX ainda não se tinha uma definição fechada acerca dos veículos de informação supracitados. De acordo com Ana Luiza Martins (2008) havia uma oscilação na imprensa da época entre os dois formatos. No entanto, de acordo com a pesquisadora, devido a grande repercussão de revistas europeias em terras brasileiras, houve uma valorização, uma superioridade das revistas em relação aos jornais, embora estes remunerassem seus colaboradores.

É a partir da estreita relação entre revistas e periódicos que se encontra *A Mensageira*, revista que se auto intitula revista literária, no entanto traz a público notícias semanais, editoriais e artigos acerca de hábitos da época, crítica literária, poesias e divulgação de trabalhos literários de escritoras conhecidas e desconhecidas.

Para isso, a revista trará constantemente mulheres exemplos a público, na tentativa de iniciar outras mulheres ao gosto literário ou ideológico em relação a um novo modelo de mulher.

Ao pensar na tentativa da revista de construir um modelo para as leitoras seguirem, as reflexões de Virgínea Woolf em *Um teto todo seu* tornam-se pertinentes.

[As mulheres] não tinham o amparo de tradição alguma, ou uma tradição tão curta e parcial que era de pouca serventia. Isso porque pensamos retrospectivamente através de nossas mães quando somos mulheres. De nada adianta recorrer aos grandes escritores do sexo masculino em busca de ajuda (WOOLF, 1985, p. 94).

A problematização acerca da inexistência de uma tradição literária para as mulheres é de suma importância, ainda mais ao considerarmos o silenciamento no momento de atuação das mulheres enquanto escritoras no final do século XIX e início do XX. Diante disso, *A Mensageira*, ao se propor ser portadora de mensagens exemplos e estimular a leitura e escrita para o público feminino, pode ser lida enquanto a tentativa da construção de um modelo de tradição para este público. No entanto, embora aberta a colaboração masculina, são os textos escritos por mulheres que servirão de exemplos para outras mulheres, conforme afirmado pela editora, Presciliana Duarte de Almeida, no número de estreia.

Que as mais aptas, as de mérito incontestável, nos prestem o concurso de suas luzes e enriqueçam as nossas páginas com sua produção admiráveis e belas; que as que começam a manejar a pena, ensaiando o voo altivo, procurem aqui um ponto de apoio, sem o qual nenhum talento se manifesta (*A Mensageira*, N. 1, 15 de outubro 1897, p. 2).

A partir de tal colocação, nota-se a importância dada às escritoras já consagradas, como luz para iluminar os primeiros passos das que iniciam no mundo da escrita, constituindo-se como um incentivo de leitura e escrita. Sendo assim, a simples presença de mulheres escritoras na revista já encorajava ou autorizava a escrita feminina, ou o envio de textos iniciais, antes escondidos nas gavetas, para a apreciação de outras.

Refletir acerca d'*A Mensageira* como uma tentativa de firmar-se como tradição de escrita e leitura para mulheres condiz com a ideia das revistas e periódicos do século

XIX e XX enquanto redes de apoio para as mulheres, apontadas por Hollanda (1993). Sendo assim, o papel desses jornais incluía desde a “tentativa de realizar uma historiografia própria, até a de organizar circuitos de divulgação de trabalhos, de solidariedade ou de discussão e protesto sobre a condição feminina” (HOLLANDA, 1993, p. 17). De fato, a partir de análises, foi essa a proposta da revista, estabelecer-se enquanto espaço de trocas, compartilhamento e aprendizagens: “o conselho generoso e bom”, apontado por Júlia Lopes de Almeida no número de estreia.

Educação e emancipação feminina

Em prol da sonhada emancipação feminina, muitas revistas do final e início do século transformaram-se em verdadeiras cartilhas pedagógicas. Ao longo do século XIX, sobretudo na segunda metade, diversos periódicos dirigidos por mulheres começaram a circular em diferentes regiões do país, divulgando crônicas sociais, poemas, artigos, além de comentários sobre moda dirigidos ao *belo sexo*. Também reivindicavam melhores condições para as mulheres, primordialmente o acesso à instrução formal e aos direitos civis, a exemplo da revista *A Mensageira*.

Maria Emilia Lemos, uma das escritoras que mais contribuíram com a revista, em seus artigos trouxe uma crítica bastante contundente em relação à situação vivida pelas mulheres na época. Mediante uma argumentação bastante pedagógica, algumas questões foram recorrentes: importância da instrução para as mulheres, igualdade de direitos, profissões liberais para as mulheres, escravidão dos negros e cativo das mulheres, entre outros.

No editorial “Falso encanto”, por exemplo, Maria Emilia, além de atentar para as responsabilidades sociais da mulher, criticava aquelas que se deixavam levar por futilidades. De acordo com a autora, algumas mulheres, para serem “bemquistas e passarem vida socegada” (*A Mensageira*, N. 2, 30 de outubro de 1897, p. 17), não apoiavam as lutas feministas, ainda que, muitas vezes, pensassem de acordo com as propagandistas da causa.

A cronista destacava, ainda, a necessidade de destruir o mito de que a beleza do sexo feminino estaria na “sua ignorância, na sua timidez, na sua infantilidade” (*A Mensageira*, N. 2, op. cit.), pois tais características sustentariam o estereótipo da mulher como “rainha do lar”. Em contraposição a esses estereótipos, Maria Emilia idealizava uma “mulher do futuro”, que fosse ao mesmo tempo instruída, forte, capaz de cuidar dos filhos e trabalhar.

Além de problematizar o falso encanto da “rainha do lar”, Maria Emilia lembrava as lutas de mulheres em prol da instrução para as filhas. A partir disso, afirmava o valor das mães como educadoras: “a essas santas criaturas que devemos a pouca luz que se váe fazendo sobre o destino das brasileiras. Para isso, quanto soffreram e luctaram?” (*A Mensageira*, N. 2, op. cit., p.18). Assim como outras feministas do *fin de siècle*, Maria Emilia argumentava que as mães eram as grandes responsáveis pela “cultura intellectual” (*A Mensageira*, N. 2, op. cit.) conquistada por sua geração.

A escolha da expressão “pouca luz” posicionava os possuidores de conhecimentos como seres iluminados e, por exclusão, qualificava os que não possuíam “cultura intellectual” (educação formal) como indivíduos “sem luz”. De fato, o signo “luz” marcava sobremaneira os textos jornalísticos do século XIX, em consonância com o projeto iluminista e civilizador. Uma vez que a instrução formal seria o instrumento essencial de transformação da existência humana, a educação se constituía como elemento de estímulo e transformação. Educação que possibilitará mudanças no futuro. A opção por “pouca luz” apontava, também, para a precariedade da instrução feminina, que naquele momento ainda não era suficiente para fornecer às mulheres a tão almejada “emancipação intellectual”.

Ainda que seja a partir da essencialização da mulher-mãe e os objetivos de uma educação de qualidade para as mulheres não tivessem sido alcançados, Maria Emilia reconhecia o sacrifício materno, já que as mães – mulheres de uma geração em que a educação ainda era parcamente acessível às mulheres – lutavam como podiam para que as filhas tivessem uma formação condizente com suas necessidades sociais, materiais e intelectuais.

Novo olhar: outras questões

Em “O lugar de emancipação da mulher no periodismo paulista” (1888-1930), Maria de Lourdes Eleutério (2004) analisa revistas dedicadas à mulher, que foram publicadas em São Paulo no período delimitado. Em sua análise de revistas paulistanas, Eleutério se propõe observar o lugar reservado à mulher e as aspirações femininas no período entre séculos. Para isso, a autora dividiu as publicações femininas a partir de três vertentes: revistas de caráter moralizantes, as voltadas para promover a sociabilidade e, atentando-se para o advento da Proclamação de República, as revistas voltadas para a educação e emancipação das mulheres.

Apesar de haver um consenso em relação às temáticas das revistas femininas ou direcionadas para mulheres, conforme observado por Eleutério e no artigo da escritora Maria Emilia Lemos, anteriormente analisado, algumas publicações da época conseguiram escapar desses discursos pontuais direcionados à condição feminina, trazendo produções femininas que escapassem de temáticas tão específicas, dando ênfase a questões mais amplas, a exemplo da cronista e contista Maria Clara da Cunha Santos, colaboradora d’*A Mensageira*.

Em crônica publicada em 15 de dezembro de 1897, a escritora de “Carta do Rio” traz comentários acerca de uma série de fatos acontecidos naqueles últimos dias para a página da revista: Caso Dreyfus, mulher lúcida internada pela família como louca, concerto do encouraçado Riachuelo no Rio de Janeiro, possibilidade dos surdos-mudos falarem e uma crítica referente aos problemas da modernidade (*bonds* lotados).

Durante toda a quinzena os telegramas de Pariz não cessaram de falar sobre o emocionante caso do Capitão Dreyfus, sobre a campanha de reabilitação que em seu favor se move em França. Realmente, não pode deixar de impressionar todos os espíritos esse caso assombroso! (*A Mensageira*, N. 5, 15 de dezembro de 1897, p. 67).

Percebe-se que como principal colaboradora d’*A Mensageira*, Maria Clara da Cunha Santos sente-se interpelada a falar sobre a injustiça sofrida por Dreyfus. Ainda mais que esse era um assunto recorrente na imprensa, principalmente francesa, a qual as

escritoras da revista recorriam constantemente na busca de mulheres-exemplos para as mulheres brasileiras.

Já em relação à internação de uma mulher lúcida como louca no Hospício Nacional de Alienados, no Rio de Janeiro, mais uma vez Maria Clara se incomoda com a injustiça:

Realmente, se a Snra. em questão provar que não é louca e sair do Hospício ainda em pleno gozo de suas faculdades mentaes, provará que tinha juízo de sobra quando lá entrou, pois que a grande dôr de se ver encerrada em um quarto de Hospício, para satisfazer a vingança de um desafeto, não teve a força precisa para escurecer-lhe a razão (*A Mensageira*, N. 5, 15 de dezembro de 1897, p. 68).

Apesar de na atualidade ser recorrente os estudos que atestam irregularidades em relação às internações em hospitais psiquiátricos nos séculos XIX e XX, naquele momento essas denúncias não eram recorrentes, uma vez que os tratamentos psiquiátricos ainda estavam em fase de testes, e a loucura, muitas vezes, ser diagnosticada em virtude de desvios de conduta. Sendo assim moças solteiras grávidas, idosos, jovens rebeldes, andarilhos eram esquecidos nas instituições psiquiátricas, livrando a sociedade de suas responsabilidades.

Em relação ao encouraçado Riachuelo consertado no Rio de Janeiro, Maria Clara enfatiza a competência dos operários brasileiros: “Quando o Riachuelo aqui chegou quase inutilizado, com o casco arreventado e a roda da prôa partida, houve quem dissesse ser preferível envial-o a qualquer bom estaleiro da Europa, onde pudesse ser reconstruído com perfeição” (*A Mensageira*, N. 5, op. cit.). No entanto, profissionais brasileiros corrigiram o problema ainda em terras brasileiras.

Certamente o comentário da cronista, por mais desprezioso que possa parecer, já apontava um problema bastante comum na sociedade brasileira, a descrença nos serviços, produtos e profissionais nacionais. Por mais que na busca por transformações da condição feminina, as escritoras d’*A Mensageira* trouxessem exemplos de fora, uma vez que a emancipação e independência feminina ainda não eram uma realidade brasileira, nesse estrato há uma valorização de “produtos” nacionais: “E de facto, o Riachuelo está prompto, garboso de sua força, orgulhoso de suas tradições, a balançar-

se tranquilo sobre as águas da nossa formosa bahia” (*A Mensageira*, N. 5, op. cit.). Assim, os profissionais, o navio e a paisagem brasileira são considerados.

Elogios aos profissionais do Instituto dos surdos-mudos do Rio de Janeiro também endossam a referida crônica. A possibilidade de surdos-mudos falarem, mediante experiências com dois alunos da instituição, é motivo de congratulações ao diretor e aos profissionais da instituição, que usam a instrução enquanto ferramenta de trabalho.

Diante de elogios a profissionais e paisagens brasileiras, os *bonds* repletos são motivos de crítica: “Os bonds, os bonds...que tormento! Não há lugar, passam os bonds repletos, e a gente, que não sabe gymnastica não se aventura a um assalto tão perigoso como o de embarcar em um bond, nesta cidade, a certas horas do dia” (*A Mensageira*, N. 5, op. cit., p. 69). Na crônica, uma crítica ao progresso e a modernidade se faz presente de forma bastante irônica, uma vez que a anedota contada para relatar o tormento do meio de transporte sinaliza atrasos, pouca disponibilidade e a inviabilidade da utilização dos *bonds*. O atraso de duas horas de quatro mulheres para percorrer de Vila Izabel à Praça de touros em Laranjeiras denuncia o caos proveniente do crescimento das cidades.

Em meio à denúncia do caos em terras brasileiras, Maria Clara da Cunha Santos finaliza seu texto comentando o recebimento do livro “Noites Brasileiras” de Ignez Sabino, impresso em Paris. O livro destinado ao público infantil parece ter recebido “os maiores elogios de distintos homens de letras”, o que fez Sabino dispensar “louvor dos nossos literatos”. Nesse momento, mais uma vez a cronista recorre à ironia e contem maiores explicações: “abstenho-me de falar sobre o mérito do livro; faria má figura a minha desautorizada opinião” (*A Mensageira*, N. 5, op. cit.).

Diante do exposto, percebe-se que uma série de assuntos da época se fazem presentes na crônica de Maria Clara da Cunha Santos. Sendo assim, em diálogo com seu contexto de produção, a cronista faz jus a sua coluna “Carta do Rio” e de fato envia notícias às leitoras acerca dos últimos acontecimentos do Brasil e do mundo.

Considerações Finais

Mediante análises, percebe-se que a revista *A Mensageira*, a partir de gêneros literários distintos, formava redes de escritoras e incentivava mulheres letradas a compartilharem seus primeiros textos com as demais. Ao mesmo tempo, como um periódico preocupado com a formação de leitores, trazia notícias do Brasil e do mundo seguidas de comentários de seus colaboradores.

Nesse périplo, pode-se entender *A Mensageira* como uma fusão destes dois veículos de comunicação, revista e periódico, uma vez que ela se propõe e se intitula revista literária, produz literatura, mas também artigos de opinião, embasados por acontecimentos históricos e culturais, que são atravessados por fatos sociais, geográficos, religiosos. O importante a considerar é que a distinção desses dois formatos não se faz necessária, já que *A Mensageira* parece cumprir sua função de instrumento pedagógico: instruir leitores.

Para observar melhor isso, existe ainda a necessidade de catalogar, analisar, selecionar, discutir e refletir acerca de textos escritos por mulheres no final do Oitocentos, por não termos ainda uma História da Literatura de autoria feminina no nosso país (MUZART, 2013), apenas artigos esparsos.

Mediante análises, observa-se que apesar da recorrência de temáticas relacionadas à condição da mulher, principalmente à brasileira, algumas escritoras já traziam outras questões para a revista, diferentemente daquelas relacionadas às reivindicações feministas. Sendo assim, confrontando um discurso vigente em que as mulheres do final e início do século passado apenas escreviam como forma de advogar em causa própria, a crônica de Maria Clara da Cunha Santos, aqui analisada, demonstra que na época algumas escritoras já traziam outras questões à pauta.

Já no início do século XX, Virgínia Woolf já apontava a ausência de uma tradição literária feminina. *Um teto todo seu* (1985) reivindica muito mais do que apenas um quarto próprio e a independência financeira. Esse espaço reclamado também requer análises pontuais, livres de preconceitos, que considerem as mulheres escritoras também enquanto sujeitos da história e dignas de opinarem sobre questões de seu tempo.

Sendo assim, discussões em relação ao Caso Dreyfus, mulher lúcida internada pela família como louca, conserto do encouraçado Riachuelo no Rio de Janeiro, possibilidade dos surdos-mudos falarem, problemas da modernidade parece-me o suficiente para considerar que a escritora consegue escapar de discursos pontuais fechados apenas na causa feminina. Considerar isso é uma oportunidade para lançar um novo olhar às produções femininas de séculos passados e perceber uma infinidade de temáticas e gêneros contemplados pelas mulheres escritoras do Oitocentos.

Bibliografia

Fontes:

A MENSAGEIRA: Revista literaria dedicada á mulher brasileira (1897-1900). São Paulo: Imprensa Oficial do estado/Secretaria de Estado da cultura, 1987. Edição fac-similar.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

CURY, Maria Zilda Ferreira. O Diário de Minas e a renovação cultural em Belo Horizonte. In: **Horizontes modernistas: o jovem Drummond e seu grupo em papel jornal**. Belo Horizonte: Autentica, 1998, p. 21-64.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. O lugar da emancipação da mulher no periodismo paulista (1888-1930). In: **Revista iberoamericana**, Pittsburgh, v. 70, n. 208, p. 653-663, 2004.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de; ARAUJO, Lucia Nascimento. **Ensaístas Brasileiras - Mulheres que escreveram sobre literatura e artes de 1860 a 1991**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: Imprensa e práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922).** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008.

MUZART, Zahidde Lupinacci. **Uma voz oculta: história da literatura de autoria feminina.** Disponível em: http://www.anpoll.org.br/eventos/enanpoll2012/inscricao/admin/exibe_resumo.php?CodResumo=346. Acesso em 10/09/2013.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e do feminismo. In: COSTA, Claudia de Lima; SCHIMIDT, Simone Pereira (Orgs). **Poéticas e Políticas feministas.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2005, p. 43-66.

RESENDE, Maria Ângela de Araújo. **A Republica em Folhetim: A Patria Mineira Formando Almas.** Tese de doutorado apresentado à Faculdade de Letras da UFMG. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

SHOWALTER, Elaine. A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 23-57.

VASCONCELLOS, Eliane. Prisciliana Duarte de Almeida. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. **Escritoras Brasileiras do século XIX.** Florianópolis: Editora Mulheres: Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004, p. 407-428.

WOOLF, V. **Um teto todo seu.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.